

Aspectos da Colonização na Guiana Francesa e no Amapá: Visões comparadas e imbricações históricas

Recebido 15.05.2016
Aprovado 07.07.2016

Iuri Cavlak¹

Resumo

A Guiana Francesa e o Amapá são territórios peculiares e pouco visitados pela historiografia brasileira. Ambos fisicamente localizados na América do Sul mas culturalmente considerados algo distintos, caribenhos e amazônicos de acordo com algumas visões. Assim, objetiva-se um estudo comparado do desenvolvimento no período colonial, com destaque para a invasão portuguesa e a anexação da Guiana Francesa entre 1809 e 1817, buscando delimitar mais claramente de que Caribe e de qual Amazônia que se trata.

Palavras-chave: História, Caribe, Amazônia

Aspects of Colonization in French Guiana and Amapá: comparative perspective and historical overlaps

Abstract

The French Guiana and the Amapá are peculiar territories less visited for the Brazilian historiography. Both are physically located in South America but regarding in the culture point of view differently, Caribbean and amazon for some point of views. Thus, my objective is a comparative view for the development in the colonial period, highlighting the Portuguese invasion and the annexation of French Guiana, between 1809 and 1817, looking for a better and clearly delimitation about what Caribbean and what Amazon we are talking.

Key Words: History, Caribbean, Amazon.

Aspectos de la Colonización en la Guinea Francesa y en Amapá: visiones comparadas e imbricaciones históricas.

Resumen

la Guayana Francesa y lo Amapá son territorios peculiares pocos visitados por la historiografía brasileña. Ambos ubicados físicamente en América del Sur, pero culturalmente considerado algo diferentes, caribeños y amazónicos de acuerdo con algunos puntos de vista. Así, el objetivo es un estudio comparativo de la evolución en el período colonial, en especial la invasión portuguesa y la anexión de la Guayana Francesa entre 1809 y 1817, tratando de definir con mayor claridad que el Caribe y el Amazonas que se encuentra.

Palabras clave: Historia, Caribe, Amazonia.

Os Primórdios

¹ Doutor em História pela Unesp de Assis. Pós-doutorado pela *New York University*. Professor do Colegiado de História da Universidade Federal do Amapá (UNIFAP) e coordenador local do Mestrado Profissional em Ensino de História. Professor permanente do Programa de Mestrado em Desenvolvimento Regional da UNIFAP. Contato: iuricavlak@yahoo.com.br

A Guiana Francesa e o Amapá são territórios que, além de possuírem imensa faixa de fronteira em comum, cerca de 730 km, desenvolveram ao longo do tempo interações econômicas e políticas marcantes e complexas. O último território europeu encravado na América do Sul junto com um dos Estados mais novos da federação brasileira.

Desde o século XVI pode-se detectar os registros de conflitos, trocas comerciais e disputas de soberania nessa região extrema. Em 1713, pelo Tratado de Utrecht, normatizou-se uma longa faixa de terra entre o Oiapoque e o rio Araguari, naquele momento em disputa pelos franceses e portugueses. A localização inexata dos limites deu vazão a incertezas posteriores. Em 1809, depois da chegada da família real portuguesa ao Brasil, fugida da invasão francesa, uma tropa formada de luso-paraenses, com auxílio da marinha inglesa, subiu a região contestada e invadiu a Guiana Francesa, tomando posse do lugar até a devolução em 1817.

Em 1841, com o recrudescimento da disputa, o “Contestado” foi declarado neutro, uma vez que nem o jovem império brasileiro, entrando na fase da regência, e nem a monarquia francesa, sob o novo domínio dos Orleans, possuíam força internacional para naquele momento decretar com assertividade a posse dessas terras. Espaço que atraiu então desertores, quilombolas e proscritos de todas as formas que se queriam livres da jurisdição franco-brasileira. Uma disposição que se agravou com a descoberta de ouro na região de Calçoene e a proclamação da República do Cunani, nessa linde neutralizada, em 1884. A situação chegou ao paroxismo de uma refrega armada com mortos e feridos em 1895, até a expedição do laudo suíço e a confirmação da soberania brasileira a partir de 1900.

Meu objetivo, neste texto, é delimitar algumas configurações do início da colonização na Guiana Francesa e no Amapá, entre os séculos XVI e XVIII, de sorte a buscar uma compreensão mais aprofundada dos acontecimentos que se seguiriam no tempo. A anexação da Guiana Francesa à América portuguesa no início do século XIX pode ser considerada como o encontro desses dois mundos, culminância de um processo e abertura de um novo tempo.

Nos anos 1980, o historiador *Ciro Cardoso* realizou brilhante estudo com escopo parecido, que me serviu de inspiração para delimitar este trabalho. (CARDOSO, 1984). Ambos os territórios tiveram problemas de povoamento, foram considerados regiões periféricas em relação a suas respectivas metrópoles e vivenciaram grande parte do

passado em estagnação e abandono por parte dos poderes centrais, não obstante desenvolvendo interações entre si de significativa densidade. A caracterização da mesma como “Amazônia caribenha” é algo que intriga e atrai atenção de pesquisadores ao encararem a mesma na longa duração.

A Colonização da Guiana Francesa

O início da colonização francesa na Guiana seguiu a lógica conhecida da expansão comercial ultramarina europeia, com uma variável mais sublinhada que foi o caráter belicoso e militar em relação a demais potências colonizadoras da época. Em outras palavras, pesou nos motivos da chegada dos franceses ao continente sul-americano o fortalecimento da monarquia, a ideia de cristianização dos ameríndios e igualmente a competição política com as Províncias Unidas, além de Espanha, Portugal e Inglaterra.

Duas personagens centrais na história da França do período participaram ativamente da empresa. O cardeal Richelieu, conselheiro do rei Luís XIV entre 1624 e 1642, que incentivou o fortalecimento da marinha tendo em vista a expansão e conquista de novos domínios, e Jean Baptiste Colbert, Ministro de Estado na mesma época que cristalizou na política econômica a necessidade de hegemonia francesa nas trocas comerciais internacionais, o que passava pelo controle de terras no novo mundo.

A região das Guianas, logo batizada de Costa Selvagem, apresentou dificuldades de monta, como o litoral entrecortado e de águas barrentas, fruto da influência, entre outras coisas, dos rios de água doce, dificultando ancoragem de navios de grande calado. Outrossim a ausência de uma população autóctone sedentária com estrutura de Estado reforçou a necessidade de guerras sucessivas para a manutenção do domínio. O clima equatorial inclemente, bastante díspar da metrópole e a presença permanente de outras soberanias num curto espaço galvanizou as tensões (MAM LAM FOUCK, 2002, p. 20).

Em 1604, registrou-se a primeira expedição, fracassada, comandada por um membro da nobreza de nome senhor de la Ravardière, que adentrou o rio Oiapoque, atual Amapá, e passou por Caiena, atual capital da Guiana Francesa. Personagem de suma importância para a época, Daniel de La Touche de La Ravardière foi o mesmo que fundaria oito anos depois no Maranhão a capital São Luís, homenagem a Luís XIII no contexto da França Equinocial, única capital na América portuguesa a não ser inaugurada pelos lusos.

Posteriormente, mais três tentativas infrutíferas de fixação foram levadas a cabo, nos anos de 1626, 1628 e 1630, cada uma contando com cerca de 50 pessoas e perecendo, frente às adversidades naturais, o ataque de ameríndios e o assédio de outros concorrentes europeus.

Em 1643, uma expedição diferente chegou ao local, patrocinada por uma companhia comercial privada, a chamada Companhia do Cabo Norte, e por comerciantes da região de Rouen. Comandada pelo senhor de Brétigny, essa empresa logrou a fixação de 400 pessoas, entre colonos e soldados. Cinco anos depois, em 1648, uma nova expedição foi enviada mas se desviou para o Caribe, percebendo que as Antilhas poderiam oferecer melhores condições de fixação e exploração econômica.

Em 1652, mais 800 colonos, entre eles 136 membros da nobreza, desembarcaram na Guiana, enfrentando um ataque severo de tribos ameríndias que ceifou a vida de metade dos recém-chegados. Os que sobreviveram optaram por abandonar o lugar e se estabelecer em Barbados. Nesse sentido, novo revertério ocorreu entre 1657 e 1665, quando os holandeses por sua vez ocuparam Caiena e expulsaram os franceses que ali residiam. O então ministro Colbert ordenou uma frota especialmente para a reconquista, que desembarcou em maio de 1665 e derrotou de fato os holandeses, retomando o controle. O comandante da expedição bélica, Lefebvre de la Barre, fechou um tratado com os Galibis, tribo de grande importância localmente à época, reforçando sua posição e possibilitando a fundação de povoados ao redor de Caiena.

As guerras europeias atingiram então em cheio o processo de ocupação. Em 1667, os franceses se tornaram aliados dos holandeses contra os ingleses, franqueando a esses últimos a expansão do conflito para a região. Assim, ingleses tomaram Caiena e a maioria dos povoados e se tornaram senhores da região, até perdê-los novamente para a Holanda em 1676. Finalmente, uma derradeira força militar francesa reconquistou as principais praças em dezembro de 1676, estabelecendo um *status quo* que duraria, *grosso modo*, até a invasão portuguesa de 1809 (MAM LAM FOUCK e ANAKESA, 2013, pp. 31,32).

Uma ocupação algo tardia, 176 anos após o estabelecimento de espanhóis e portugueses, e na esteira da penetração das nações não-ibéricas na América do Sul. Importante destacar que, semelhante à famosa definição de Frei Vicente do Salvador em relação aos portugueses no Brasil, “caranguejos arranhando o litoral”, os franceses na Guiana também se limitaram à ocupação de uma faixa de terra restrita, fato esse que impediu o

acesso à bacia amazônica, já entendida como estratégica naquele momento. Em 1700, uma estatística populacional apontava para a presença de 1.752 indivíduos, sendo 352 brancos, 1399 escravos, 11 libertos e 121 escravos índios (MAM LAM FOUCK e ANAKESA, 2013, p.34). Em outras palavras:

Os franceses não estavam interessados na região das guianas senão por omissão: era a região menos controlada dos vastos impérios espanhol e português; eles só se interessaram por alguns momentos em função do perigo da colonização francesa na América do Norte e nas Antilhas no século XVII e XVIII, na África e na Ásia nos séculos XIX e XX (MAM LAM FOUCK, 2002, p. 21).

Destacou-se naqueles primeiros tempos a ação dos missionários voltados para a catequização dos ameríndios. Primeiro com os capuchinhos, a partir de 1651, e posteriormente com a maioria de jesuítas, especialistas nessa prática. Com efeito, reproduziram certas diretrizes espalhadas pelo restante da América ibérica, contribuindo para um novo tipo de relação entre as populações nativas e os franceses que não a guerra aberta. Como a população indígena não chegou a se comparar em número com outros lugares, a escravização dos mesmos foi efêmera, em pequena escala e logo abandonada.

Embora com esse caráter secundário, a metrópole em muitos momentos batalhou não só pela manutenção do espaço senão de sua expansão. Uma contradição entre a procura de terras e a falta de gente para seu efetivo uso. Por exemplo, em 1688, o tenente do rei, Pierre de Ferroles, partiu rumo aos domínios portugueses, chegando até o rio Araguari. Em 1697, alcançaram os fortes portugueses em Macapá, destruindo-os e desse modo sugerindo uma possível expansão das lindes guianesas (MAM LAM FOUCK, 2002, p. 26).

Igualmente a escravidão negra teve lugar nessas paragens, em quantidade bastante inferior em relação ao entorno regional. A responsabilidade pela importação de mão de obra africana escravizada na maioria do tempo esteve a cargo da Companhia Comercial da Guiana, que se transformaria, para gozar de uma abrangência maior, em Companhia do Senegal:

A Guiana recebeu somente uma ínfima parte do pujante fluxo de escravos africanos que atravessou o Atlântico entre o século XVII e XIX. Um século depois da introdução dos primeiros escravos, a colônia só contava com 5.728 (em 1765) (MAM LAM FOUCK e ANAKESA, 2013, p. 37).

Diante dessa falta de trabalhadores, uma ideia foi delimitada pelo Barão de Bessner, por volta de 1782, consistindo em estabelecer tratados com os negros quilombolas (*marrons*) do Suriname para que viessem habitar a Guiana. Como não seriam escravizados, e sim contratados, causou espécie nos senhores de escravos plenos que temiam a contaminação ideológica desses “guerreiros do alto Marroni”, podendo resultar na falência completa do sistema escravista. O projeto logo foi abandonado (MAM LAM FOUCK e ANAKESA, 2013, p. 38).

Dessas dificuldades resultou a implementação do mais ambicioso plano de colonização já concebido para a região. A importação de colonos brancos da Europa, sobretudo das regiões que hoje corresponderiam à França, Bélgica e Alemanha. Em 1763, quando esse plano passou a ser levado a sério, a colônia contava com 7.635 habitantes, sendo que o propósito seria importar 15 mil europeus. A ambição correspondia às necessidades múltiplas de defesa militar, produção de víveres e ocupação do espaço.

Assim, entre dezembro de 1764 e fevereiro de 1765, um impressionante número de 9 mil pessoas desembarcaram na colônia, sendo outras 3 mil arregimentadas no decorrer dos meses subsequentes. A má-nutrição dentro dos navios e as intempéries de uma longa travessia fragilizou os corpos desses já pobres colonos do velho mundo. Chegando em Caiena e Kourou, a alimentação seguiu precária. Assim, “em alguns meses, a Guiana se transformou num necrotério. O paludismo, a febre amarela, febre tifoide, tifo, disenteria foram devastadores”. De um total aproximado de 12 mil pessoas enviadas, 7 mil estavam mortas em outubro de 1765, 3 mil voltaram rapidamente e somente 1.800 escolheram permanecer. Uma verdadeira catástrofe (MAM LAM FOUCK e ANAKESA, 2013, p. 39).

O intendente Chanvalon, responsável pelo transporte e acomodação, foi preso. E o que chocou mais as autoridades da época aparentemente não foi tanto o número de mortes senão o fato de tudo ter sido feito com logística, fundos e planejamento estatal. Esse episódio ficou conhecido como “expedição de Kourou”, pois era para formar um grande povoamento nesse local, distante 60 km de Caiena. Foi a primeira e a última grande tentativa de povoamento do lugar, doravante marcado pela “síndrome de Kourou”, isto é, um arrepio da espinha daqueles que tinham o destino marcado para habitar a Guiana.

De modo que, no final do XVIII, já sob a Revolução Francesa, a alternativa encontrada foi desafogar as prisões de Paris carregadas de encarcerados políticos e enviá-los para a Guiana. Entre 1795 e 1798, 331 pessoas foram desterradas da metrópole, o primeiro

contingente de “banidos” que posteriormente cumulariam o lugar. Dessa primeira leva, 172 morreram, 25 escaparam e 132 conseguiram retornar para a França (MAM LAM FOUCK e ANAKESA, 2013, p. 40).

No momento da eclosão da Revolução de 1789 já se havia fixado no imaginário popular a Guiana como um lugar de morte certa, a “guilhotina seca”, daí ao mesmo tempo se mostrar um castigo severo para os revolucionários e um constrangimento do Estado de enviar pessoas para a reputada região infernal.

No que tange a economia propriamente dita, a Guiana tentou o cultivo em grande escala da cultura mais lucrativa da época, o açúcar, mas por falta de mão de obra não pode desenvolvê-la em grande escala. Os escravos africanos vendidos na região por franceses e piratas eram dirigidos para lugares mais lucrativos como as guianas vizinhas, as Antilhas e o Caribe em geral. À falta de colonos, juntava-se a falta de escravos, de índios escravizados e de interesse dos traficantes em frequentarem os portos. Um círculo vicioso negativo para as pretensões da exploração.

Comercializou-se o que estava ao alcance para tornar viável a empresa, e o grande produto adequado foi o “roucou” (anato), uma planta já conhecida dos ameríndios e que servia para a produção de corante, assemelhado ao pau-brasil das primeiras atividades econômicas europeias na América portuguesa.

Posteriormente se iniciou a produção de cacau, café e algodão. Segundo Mam Lam Fouck: “Aproximadamente 200 fazendas produziam anualmente, de 1776 a 1774, uma média de 376.700 libras de anato, 142.077 de algodão, 97.750 de cacau, 15.383 de açúcar e 38.697 de café”. Números bem abaixo do que se produzia nas colônias francesas do Caribe, como Martinica, Guadalupe, e a porção francesa de São Domingo (MAM LAM FOUCK e ANAKESA, 2013, p. 42).

Naquele contexto, além dos jesuítas, ameríndios e africanos escravizados, os habitantes da Guiana eram, com exceção das autoridades francesas, uma mistura de corsários, flibusteiros, piratas, marginais, protestantes que fugiam de perseguição e alguns judeus luso-brasileiros e holandeses. Uma mistura heteróclita que preocupava a administração.

No decorrer do tempo, a colônia foi sendo chefiada pelo governador, representante direto do rei, secundado por outras figuras como o tenente do rei, procurador geral, diretor do Interior e alguns outros: “Nos séculos XVII e XVIII o centro da vida política estava no Conselho Superior. Designado pelo governador entre os colonos mais ricos,

ele possuía poderes em matéria de justiça e finança, além de zelar pela aplicação das ordens do rei” (MAM LAM FOUCK, 2003, p. 164).

A Revolução Francesa modificou esse cenário. Em agosto de 1790, foi eleita a primeira Assembleia Colonial, escolhida no seio da população branca independente da renda ou riqueza.

Assim, sob a Revolução, os colonos autônomos se igualaram através da Assembleia Colonial ao governo da colônia durante dois anos (1790-1792). A Assembleia limitou os poderes do governador Bourgon, estabeleceu um diretório e um conselho administrativo que substituiu o poder de Estado; uma municipalidade criada em Caiena, e as tropas sendo alocadas sob o controle da Assembleia. O governador só retomou seus poderes com a chegada de comissários enviados de Paris (MAM LAM FOUCK, 2003, p. 164).

Avanço democrático, a Assembleia foi boicotada pela classe dominante local, até ser abolida pelo próprio Napoleão Bonaparte alguns anos depois.

O contexto também foi de abolição da escravidão, o que causou uma profundo desequilíbrio tanto nas relações de trabalho no local quanto entre os vizinhos, sociedades firmemente escravistas. Na fase da Convenção, em 1794, foi levada a cabo a proibição do trabalho cativo em todas as colônias francesas. No território “Contestado”, os escravos aproveitavam para construir seus quilombos e comerciar com as duas soberanias europeias. Na Guiana, ocorreu igualmente boicote da elite branca em cumprir as determinações revolucionárias. A abolição só perdurou até o início do período napoleônico, em 1802.

A Colonização do Amapá

As primeiras notícias de europeus passando pela região do Amapá são de navegadores espanhóis. Talvez o primeiro tenha sido Francisco de Orellana, no contexto na conquista do Império Inca e seus desdobramentos. Orellana deixou os Andes e atravessou a bacia amazônica, chegando no litoral do Maranhão, portanto no Oceano Atlântico, em 1542. Em 1560, outra expedição espanhola adentrou a Amazônia vinda do oeste, sendo conhecida na posteridade por conta da rebelião comandada por Lopez de Aguirre contra o comandante, General Pedro de Ursua. Os membros desse motim se autodenominaram “marañones”, declarando a separação das terras descobertas do império espanhol (REIS, 1985, p. 17).

Nos anos de 1595/1596 holandeses e ingleses também passaram a assediá-la com mais afinco a região. Primeiramente no litoral das Guianas, como demonstra o relato do navegador inglês Walter Raleigh, o primeiro explorador do chamado “El Dorado”, um mito que afirmava a existência de uma cidade formada de ouro, refúgio do último imperador inca escapado da conquista espanhola, o “El Hombre Dorado” (RALEIGH, 1968). Interessante assinalar que esse relato logo ganhou fama no público leitor europeu do século XVII, despertando as mais criativas imaginações sobre o maravilhoso na região amazônica e adjacentes.

Posteriormente, a partir de 1600, ocorre a descida dos holandeses e ingleses para dentro da bacia amazônica, chegando à região do Cabo Norte e as ilhas paraenses. A época, os franceses estavam basicamente mais envolvidos com o acesso à América portuguesa por outros caminhos. Pelo Rio de Janeiro, através do projeto da França Antártica (1555-1560), e depois São Luís do Maranhão (única capital brasileira fundada por não portugueses) com a França Equinocial (1611-1615).

Somente diante desse cenário, com destaque para a ocupação francesa em São Luís, é que a administração portuguesa resolveu de fato organizar uma força militar para expulsar os invasores e tomar posse da região. Entre 1580 e 1640 as coroas espanhola e portuguesa estavam ligadas dinasticamente, o que gerou, entre outras coisas, maior agressividade dos Países Baixos para ocupar e pilhar as terras e navios ibéricos no extremo norte da América do Sul, forma de incrementar o combate pela sua independência frente aos soberanos espanhóis.

A partir de dezembro de 1615, de acordo com Reis, as tropas luso-brasileiras iniciaram a ofensiva para expulsão dos estrangeiros. Partindo de São Luís, já libertada, atingiram o interior do Pará onde iniciaram uma sequência de batalhas e escaramuças. Em união com a atividade guerreira, vários religiosos, a maioria pertencente à Companhia de Jesus, seguiu com os regimentos militares, objetivando tanto pacificar os ameríndios quanto organizar núcleos de agricultura que pudessem sustentar os soldados (REIS (b), 1985, p. 260).

E assim uma sequência irresistível de vitórias confirmou a posse amazônica para os portugueses. As principais batalhas contra os ingleses e holandeses ocorreram em 1616, 1623, 1625, 1629, 1631, 1639 e 1648. Os holandeses recuaram para o platô das Guianas, os ingleses se retiraram momentaneamente da região e os franceses, que haviam perdido o Maranhão, se fixaram em Caiena (REIS (b). 1985. pp. 261-262).

Não foram só essas guerras que chacoalharam o vale amazônico naquele período, uma vez que os jesuítas, os caboclos que seguiam as expedições e os próprios soldados desenvolveram uma relação de guerra e paz com os ameríndios, sobretudo os Tupinambás.

Seja como for, o reino português se viu na necessidade de organizar juridicamente as conquistas recém auferidas, evitando perdê-las novamente para as outras nações colonizadoras europeias. Em 1626, foi criado o Estado do Maranhão e Grão-Pará, com sede em São Luís, desmembrado do Estado do Brasil, com capital em São Salvador da Bahia. Imaginava-se que um Estado autônomo do restante da colônia, respondendo diretamente a Lisboa, facilitaria o controle administrativo e agilizaria as trocas de mercadorias.

Repetindo a dificuldade de colonizar com recursos estatais, Portugal optou por retomar a fracassada experiência das capitânicas hereditárias, implementadas no início do século XVI no litoral. A partir de 1627, o governador do Estado do Maranhão e Grão-Pará, Francisco Coelho, desde São Luís, nomeou uma nova leva de capitães hereditários: Feliciano Coelho de Souza, Capitania de Caeté, Antônio de Souza Macedo, Capitania do Marajó, Gaspar de Souza Freitas, a Capitania do Xingu, enquanto a Capitania de Gurupá ficou sendo da coroa. Para nosso interesse, assinala-se que a Capitania do Cabo Norte coube ao sertanista e desbravador Bento Maciel Parente (REIS (b). 1985, p. 267).

Interessante destacar, já naquele momento da história, o relativo atraso da região amapaense e entorno em relação ao restante da colônia. A chegada dos portugueses havia se dado em 1500. A organização da primeira Capitania havia ocorrido em 1504 (Fernando de Noronha), seguindo a tradição das ilhas da Madeira e Cabo Verde. O primeiro governo geral havia se instalado na Bahia em 1549. Portanto, a ocupação da Amazônia ocorria 127 anos após o desembarque de Pedro Álvares Cabral.

A colonização efetiva do Amapá, então mais conhecido como Cabo Norte, se daria na importante fase da história portuguesa sob o ministério de Sebastião José de Carvalho e Melo, o famoso Marquês de Pombal. Até então, esse pedaço da capitania do Maranhão e Grão-Pará caracterizava-se por uma população esparsa, formada basicamente por ameríndios livres e aqueles reduzidos nas missões jesuíticas. Há relatos de que um soldado e sua esposa, por volta de 1738, viviam numa humilde instalação militar onde seria erguida Macapá.

O ano de 1750, além da ascensão de Pombal ao ministério do Rei D. José I, foi o do Tratado de Madri, que estabeleceu entre Portugal e Espanha o conceito de *uti possidetis*, franqueando a legalização da posse de territórios contestados para aquela nação que possuísse seus súditos efetivamente habitando as terras em disputa. O Amapá, quase todo o Pará e a região amazônica seriam espanhóis caso fosse levado em conta o Tratado de Tordesilhas de 1493. Com esse novo arranjo diplomático, as terras do norte amazônico tiveram reconhecidas seu pertencimento ao império português.

Com efeito, no intuito de reforma do Estado e de modernização de Portugal, Pombal cuidou com afinco da região amazônica. Em 1751, criou a “Capitania do Grão-Pará e Maranhão”, não somente invertendo a ordem dos nomes senão transferindo a capital de São Luís para Belém, indicando o influxo da política lusa. Nomeou para essa nova capitania com sua nova sede uma pessoa de inteira confiança, seu irmão Francisco Xavier de Mendonça Furtado. Desfez a doação da capitania do Cabo Norte para Bento Maciel Parente, passado para seu filho homônimo e depois para seu neto Vital Parente, que não haviam ocupado nem desenvolvido a região, e reabsorveu essa capitania para o Estado, iniciando de imediato o processo efetivo de colonização.

Deveras complexas as relações que se estabeleceram a partir de então. Mendonça Furtado, em carta de 1751 para Pombal, relatou que o Cabo Norte era formado de “boas terras cercadas de maus vizinhos”. Afirmou a necessidade premente de importar colonos, destacar mão de obra, impulsionar plantações e extração de riquezas ao mesmo tempo que se queixou da falta absoluta de recursos estatais (RAVENA, 1999, p. 63).

O primeiro passo foi a importação de centenas de colonos da Ilha dos Açores para iniciar a colônia. Chegados em Belém, cerca de 400 deles se encontraram numa situação de penúria, na medida em que o Estado não tinha condições financeiras nem de alimentá-los e alojá-los no Pará e tampouco enviá-los para Macapá, seu destino final (uma minoria de colonos das Ilhas Canárias também estavam juntos). Em janeiro de 1752, finalmente foi embarcada a primeira leva dos imigrantes que iriam fundar o primeiro povoado amapaense:

um primeiro grupo de 86 moradores transportados se estabeleceu sem nenhuma infraestrutura. Não havia remédios nem “cirurgião” (médico) para acompanhá-los e o Governador preocupava-se por tratar-se de um grupo composto em sua maioria de mulheres, crianças e velhos (RAVENA, 1999, p. 64).

Embora no contrato assinado entre os colonos açorianos e o governo português houvesse a assertiva da Coroa cuidar da chegada dos mesmos em seu destino de maneira satisfatória, garantias não havia que isso fosse cumprido. Não haviam sido construído sequer alojamentos para receber os colonos fundadores, uma vez que tiveram que habitar as encostas das pequenas fortificações existentes (LUNA, 2011, p. 50).

A empresa instaurada tinha outras características marcantes, na medida em que a necessidade vislumbrada por Pombal era de criar “soldados-colonos”. Em outras palavras, gente capaz de produzir alimentos e construir infraestrutura *pari passu* com a defesa do território e o preparo para eventuais entreveros armados com os franceses. Nas palavras de Rosa Acevedo Marin, se referindo a Macapá (1751) e Mazagão (1765):

Ambos os núcleos foram encarados no plano político de defesa do território, sem estar alheio à cobrança de resultados econômicos e, para isso, incentivou-se a formação de estruturas agrárias com acesso estável à terra, vínculos mais ou menos permanentes com o mercado, certo direcionamento na gestão de atividades agrícolas e utilização de mão de obra escrava, sem esta todavia ser generalizada entre as unidades (MARIN, 1999, p. 34).

Os colonos foram proibidos de manter qualquer contato com os franceses, naquele momento em torno de 10 mil na vizinha Guiana. Igualmente de evitarem os “vícios da preguiça” e o “desprezo pelo trabalho manual”, fatores que se imaginava endêmicos no Brasil colônia (MARIN, 1999, p. 38).

Se o subsídio às famílias da Ilha dos Açores em Belém havia ficado a cargo do governo, a transferência já indicou a participação de uma junta de empresários especializados no manejo de imigrantes, alguns deles protagonistas da fundação da Companhia Geral de Comércio do Grão-Pará e Maranhão, datada de 1755. Portanto um misto entre capitais estatais e capitais privados que financiaram os primeiros anos em solo macapaense, entre viagens, acesso ao mercado, ferramentas, sementes, algumas máquinas e construção de moradias. Significa afirmar assim que os colonos estavam em débito tanto com a administração pombalina quanto com particulares. Ancorada em documentação da época, afirma a autora:

Os *moradores* receberam instruções para dedicar-se ao trabalho agrícola. Por ordem expressa, definia-se que os soldados “lavradores” – designação para o empregado na lavoura – seriam “louvados e licenciados”, obteriam “possessões de terreno, com faculdade ainda para empregar os indianos” das aldeias próximas, pagando-lhes “salários”, como “jornaleiros” de Portugal. Encontravam-se em regime de

disponibilidade compulsória para servir como militares, o que implicava ser objeto de um sistema de requisição especial (MARIN, 1999, p. 39).

Outro imbróglio de saída se deu na questão da mão de obra. Com os demais açorianos chegados em 1752, cerca de 800, numa sociedade escravista, saltou aos olhos a contradição em relação ao regime de trabalho. De acordo com Ravena, Macapá se tornou um laboratório de experiências, na medida em que Mendonça Furtado e a administração pombalina demandavam para a região a formação de uma economia de subsistência articulada à exportação de excedentes, essa última a grande prova da viabilidade do projeto. Implicava o incentivo do trabalho familiar articulado à escravidão negra e indígena.

Os colonos portugueses reivindicaram a utilização da mão de obra indígena, então aglutinada nas reduções jesuítas. Por seu turno, os religiosos, que mantinham uma rotina de trabalho e catequese em relação aos gentios, passaram a boicotar os pedidos dos colonos, escondendo, deslocando ou mesmo frontalmente se opondo às requisições de força de trabalho. Para a administração em Belém isso se tornou um problema, na medida em que os jesuítas eram vistos como aliados, mas que cada vez mais agiam como inimigos. E os próprios nativos, ao fim e ao cabo, optavam por permanecer nas reduções:

De certa forma, havia entre os índios aldeados uma certa confiança na tutela missionária em comparação à gestão dos colonos, principalmente porque do ponto de vista do parentesco, as práticas missionárias eram tolerantes com os diversos elementos de definição de parentesco da cultura indígena. No sistema de rodízio de trabalho, geralmente o índio permanecia por certo tempo no aldeamento missionário junto a sua família (RAVENA, 1999, p. 65).

Assim, embora Mendonça Furtado respeitasse o trabalho catequético, pendia para a retirada da tutela religiosa e a liberação da mão de obra indígena para a economia mercantil. Frente ao boicote jesuíta, foi proclamada a lei de “liberdade” dos índios, editada em 1757, e a instalação do chamado “Diretório”, conjunto de 95 artigos que versavam sobre a inserção do indígena na sociedade portuguesa, o despojamento de seus costumes e a participação na circulação de mercadorias e na vida política (LUNA, 2011, p. 37). Nesse contexto ocorreu a expulsão dos jesuítas do Amapá e da Guiana Francesa, por conta de um endurecimento da administração dos Estados europeus frente as práticas que tendiam a prejudicar a atividade econômica dos colonos e impor óbices a própria administração colonial. O zelo com que a Companhia de Jesus organizava a catequese em muitos momentos se chocava com a exploração da mão de obra nativa que os colonos brancos implementavam.

Naquele período de experimentos, desinteligências e improvisos, os habitantes de Macapá viviam da pesca, da caça e da tentativa de cultivar o arroz. Anos depois, a experiência se mostrou auspiciosa, pois em 1758 o povoado de Macapá recebeu uma progressão jurídica, transformado em Vila. Para 1759 há notícias da exportação de vários produtos para Belém, como milho, arroz, melancia, banana e frangos. Em 1761, foram enviados para a capital do Grão-Pará 722 alqueires de arroz, 113 arrobas de algodão, 10 arrobas de tabaco e 17 potes de azeite. O Cabo Norte sinalizou para a superação do problema da mão de obra e para a consolidação do modelo de colonização idealizada por Pombal e Mendonça Furtado (RAVENA, 1999, pp. 94, 95).

Todavia, a condição obrigatória de soldado-camponês fez pesar a balança para outro lado a partir de então. Em 1764, iniciou-se a construção da Fortaleza de São José de Macapá, obra que consumiria a energia de milhares de colonos e escravos índios e negros, desviando os esforços de produção de alimentos para a instalação de guerra.

Nos registros da época, tem-se notícias de fome, desabastecimento e dificuldades acentuadas na manutenção da população macapaense. Porém, há que se levar em conta que o lugar havia se tornado um canteiro de obras em torno da fortaleza. Um censo de 1765 apontou para a existência de 802 colonos e 5 mil trabalhadores compulsórios e escravos, divididos respectivamente entre 2.598 índios e 2.394 negros (MARIN, 1999, pp. 43,44).

A decadência da vila de Macapá foi notória a partir de então, resultando no abandono da presença estatal portuguesa. A necessidade de controlar o imenso Grão Pará, num contexto de recursos escassos, conjugado ao fracasso da experiência na vila de Macapá levaram os portugueses a esvaziarem momentaneamente sua presença no Cabo Norte. Nesse vácuo, os franceses expandiram sua Guiana, ocupando no início do século XIX a região entre Oiapoque e Calçoene, projetando-se cerca de 300 km mais perto de Macapá e cercando a bacia amazônica. A maior composição territorial de sua história.

A Campanha Militar para a Conquista da Guiana Francesa

Pode-se afirmar que a campanha para a ocupação da Guiana Francesa se iniciou efetivamente em julho de 1808, quando o príncipe regente Dom João, já no Rio de Janeiro, ordenou a publicação da declaração de guerra de Portugal contra a França. O movimento de avanço franco-guianense seria revertido a partir de então.

Foi o desdobramento da invasão francesa ao território português, ocorrida em novembro do ano anterior, que obrigou o rompimento da neutralidade lusitana frente à situação bélica europeia, a muito custo evitada até aquele momento. “Simultaneamente, o representante de Portugal em Londres, Dom Domingos de Souza Coutinho, estabelecia contatos para o apoio a uma eventual ação militar portuguesa que incorporasse a Guiana” (Wehling, 2010, p. 10).

Interessante que três irmãos se destacaram nessa conjuntura, curiosamente como havia ocorrido, em outro contexto, com os dois irmãos que protagonizaram as relações entre Lisboa/Belém/Macapá, Francisco Xavier de Mendonça Furtado, governador do Grão-Pará a época da fundação de Macapá, e Sebastião José de Carvalho e Melo, o famigerado Marquês de Pombal, Secretário de Estado dos Negócios Interiores do Reino. Naquele novo contexto, Dom Francisco de Souza Coutinho havia governado o Grão-Pará entre 1790 e 1803. Dom Rodrigo de Souza Coutinho, em 1808, era o Secretário de Negócios Estrangeiros e Conde de Linhares, enquanto Dom Domingos de Souza Coutinho, Conde de Funchal, o articulador com os ingleses. Enfim, uma irmandade no alto escalão do Estado português que detinha em primeira mão tanto informações sobre a situação no norte amazônico quanto na Corte e na Europa, com a possibilidade direta de dirigir políticas efetivas em relação ao Pará e ao Macapá.

De acordo com o historiador Arno Wehling, Dom Rodrigo, o secretário, influenciado por seu irmão, o ex-governador, já havia antes mesmo da declaração de guerra instruído os governantes paraenses a invadirem a Guiana (WEHLING, 2010, p. 11). Daí a hipótese de que, não tivesse sido um deles o mandatário local, portanto a par da situação do “Contestado” e todos os seus incômodos, a invasão não saísse do papel, aja vista que o Estado do Grão-Pará e Maranhão desde o século XVII constituía uma entidade administrativa separada do Estado do Brasil.

Dom Rodrigo de Souza Coutinho era favorável a uma política portuguesa que, na América, recuperasse o que havia sido perdido na Europa.

Nessa lógica, as primeiras ações do governo joanino, em função de sua política externa, voltaram-se contra os dois principais inimigos de Portugal ao longo das guerras napoleônicas: França e Espanha. Eram atitudes, contudo, que deveriam ter como palco a América: preparavam-se a invasão da Guiana Francesa (no extremo Norte do território) e a intervenção no Prata (no extremo Sul) (NEVES, 2010, p. 74).

Em 1801, com o final da chamada “Guerra das Laranjas”, Portugal assinou o Tratado de Badajós com a Espanha, que resultou não só em pesadas indenizações por parte lusa

mas a perda do território de Olivença para os espanhóis. Para muitos, com a guerra de 1808 seria o caso de Portugal alargar suas possessões ao máximo no subcontinente para depois reaver as indenizações e as regiões perdidas no velho mundo.

Com efeito, o governador do Grão-Pará, José Narciso Magalhães de Menezes

Convocou a colônia. Lançou proclamação a 1 de outubro de 1808, sobre a necessidade imediata de assegurar a fronteira, mediante a remessa de um corpo de tropa que estacionasse no Oiapoq (sic). Magalhães e Menezes já vinha cuidando do preparo da guarnição do Pará: fardara-a com novos uniformes, dera-lhe nova classificação, fizera a infantaria exercitar-se continuamente no manejo das armas, e na arte da guerra, preparara o campo próprio para que o corpo de artilharia se instrísse nas táticas novas, aumentara o efetivo dos “corpos de ligeiros” para 2.540 homens, mandara proceder a reparos nas fortificações de Belém e construir muralhas entre as baterias de defesa da capital (REIS, 1985, p. 284).

Em outras palavras, criou um verdadeiro clima de guerra. Sem recursos, não obstante, pediu para que as senhoras ricas e suas escravas costurassem o uniforme dos soldados, pois nem a província e nem a corte tinham dinheiro para tanto.

O governador Magalhães de Menezes nomeou o Tenente Coronel Manuel Marques para comandar a tropa, composta de 450 homens. Essa força deixou Belém em 8 de outubro, passando pela ilha do Marajó onde se reforçou de alguns colonos e indígenas. De lá partiu para o território “Contestado”, atingindo o Oiapoque em 4 de dezembro de 1808. Sem sofrer nenhum tipo de resistência, Manuel Marques levantou acampamento, hasteou a bandeira portuguesa e retomou a posse das terras conquistadas pelos franceses seis anos antes.

Seguindo Rosty, temos que o comandante inglês James Lucas Yeo e o comandante brasileiro Cunha Moreira, liderando 30 fuzileiros ingleses e 20 luso-paraenses, desembarcaram na região do Aprouage, na Guiana, em 14 de dezembro. Essa ação foi mais tarde considerada a primeira da história dos fuzileiros navais do Brasil, sendo que Cunha Moreira tornar-se-ia o primeiro Ministro da Marinha após 1822 (ROSTY, 2010, p. 45). No dia 6 de janeiro, na região do Mahury, ocorreria uma batalha, na qual os franceses foram derrotados e recuaram até Caiena.

Com a entrada em território guianense, James Lucas Yeo, para horror das lideranças luso-paraenses, libertou, treinou e armou escravos guianenses que se demonstraram dispostos a apoiar os invasores. Com esse apoio, tiveram melhor conhecimento do terreno e das deficiências da resistência. Incendiaram mais de 30 fazendas, o que

rapidamente fez com que o governador Victor Hugues abandonasse qualquer estratégia defensiva e encaminhasse a rendição. Assustada com escravos armados, embora apenas com armas brancas, e com a superioridade numérica e a presença inglesa, a administração guianense pediu para que seus próprios colonos fizessem um abaixo assinado demandando a capitulação, uma forma de se justificarem posteriormente junto a Paris. Assim, em 12 de janeiro, foi assinado em Caiena o documento de rendição, redigido em português, francês e inglês, atribuindo o triunfo ao “Exército do Pará” (CARDOSO, 2010, pp. 16 e 17; ROSTY, 2010, p. 45).

O número de defensores franceses à disposição para a luta girava em torno de 511 homens, sendo 368 brancos. Do lado luso-paraense, um contingente de 800 homens, sendo 80 ingleses (CARDOSO, 2010, p. 18). Uma diferença que poderia ser anulada pelas defesas instaladas ou pela chegada de reforços de Martinica e Guadalupe ou mesmo de Paris. Isto é, era possível e plausível uma resistência mais duradoura por parte dos franceses. Fato era que os guianenses estavam com uma relação bastante tensionada com seus escravos, cerca de 12 mil na época, pois os mesmos haviam sido libertados pela lei, instaurada em 1794 no período da Convenção, mas reescravizados com o Código Napoleônico de 1802. Uma situação explosiva somada à invasão estrangeira de quem prometia a liberdade aos negros em troca de aliança.

O ato de rendição que se seguiu à assinatura do documento ocorreu em 14 de janeiro, com a entrega das bandeiras francesas e de 500 fuzis aos luso-paraenses. Rosty afirma que 593 soldados foram desarmados, presos nos navios e enviados de volta à metrópole (ROSTY, 2010, p. 46). A entrega da colônia nessas circunstâncias rendeu ao governador Victor Hugues uma corte marcial em Paris, em 1810, na qual foi inocentado.

Conquista e Colonização

Após a capitulação e a confirmação da soberania portuguesa, mais uma controvérsia se abriu no horizonte. Embora a nova administração estivesse subordinada a Belém, a Guiana Francesa parece não ter sido tratada como parte integrante do território brasileiro. O documento de capitulação, nesse sentido, é esclarecedor.

No preâmbulo, Napoleão Bonaparte foi chamado de “Imperador e Rei”, um fato extraordinário na medida em que, ao declarar guerra à França, mencionava-se que Bonaparte era um usurpador ilegítimo. A destruição das fazendas e a alforria dos escravos guianenses foi atribuído às ordens de Dom João, uma estranha admissão de culpa e ainda por cima falsa, pois essas ordens vieram na verdade do governador do Grão-Pará.

O artigo onze, um dos mais sintomáticos, estabeleceu que “as leis civis conhecidas na França sob o nome de Código Napoleônico serão seguidas e executadas”, até que a paz na Europa fosse concluída. Rezou ainda que “os Magistrados não poderão se pronunciar a respeito dos interesses dos particulares, no tocante às discussões a eles relativas, a não ser em virtude das mencionadas leis”. Uma bizarra imposição de um pequeno governo colonial vencido frente a um Estado português de proporções gigantescas na América, com todos os motivos, em tese, para ir à forra e vingar o ultraje ocorrido ano antes. Em outras palavras, se os monarcas portugueses se viram na contingência de atravessar o Oceano por conta da invasão francesa na península ibérica, se apresentava o momento de contrabalançar com a imposição da força portuguesa na América.

O artigo 14 e 15 cuidou da manutenção dos bens sob dominação portuguesa. O primeiro versou sobre a fazenda nacional “La Gabrielle”, o centro de produção de especiarias e a mais desenvolvida e importante, que tinha sua “preservação” garantida em lei. Preservação subentende-se, até sua devolução a Bonaparte. O segundo ordenou que toda a documentação atinente à administração colonial seria selada e lacrada, ficando à disposição apenas de Bonaparte. (REIS, 1985, pp. 287-288; CARDOSO, 2010, pp. 19-20).

O que se pode conjecturar, à luz das fontes e da bibliografia disponível, é que uma ordem para dominar efetivamente, anexar e aporuguesar a Guiana Francesa jamais foi expedida, nem do Pará e tampouco do Rio de Janeiro. O Tenente Coronel Manuel Marques não tinha experiência nesses assuntos da grande política, enquanto o comandante James Lucas Yeo estava inclinado a retornar o mais rápido possível ao Brasil para receber seus honorários. Também a tropa, insatisfeita com a falta de pagamento e a insalubridade do local, fazia gestões para abandonar de imediato aquele distante território. A administração no Pará não quis ou não teve forças para, naquele momento, exigir a anexação. Na verdade, o curso da guerra europeia definiria o futuro da aquisição.

A Administração Portuguesa

O Tenente Coronel Manuel Marques foi promovido a general e designado governador interino da Guiana Francesa, posição que exerceu até outubro de 1809, quando pediu exoneração e viajou ao Pará para tratamento de saúde. Voltou para o posto de governador interino em 1812, daí em diante ininterruptamente no cargo até a devolução da colônia aos franceses em novembro de 1817. No interregno entre 1809 e 1812, foi substituído pelo cartógrafo sexagenário Pedro Alexandrino de Souza, homem de confiança do governador do Grão-Pará (José Narciso de Magalhães de Menezes, bastante crítico em relação à não anexação, morreu em 1810).

Marques delegou o máximo de poder à elite guianense local, mudando o mínimo possível na classe dirigente e nas maiores fortunas estabelecidas. Assim, surgiram as primeiras simpatias dos habitantes pelo novo governo, muito mais permissivo e menos invasivo que a metrópole francesa.

O grande problema recaiu sobre as tropas de ocupação. Com reforços chegados de Belém ainda no primeiro semestre de 1809, e a substituição de alguns antigos que participaram da campanha, o número se estabilizou em 900 homens. Com o soldo sempre atrasado e alimentação ruim, caíram vítimas de doenças. Entre 1812 e 1816, o número de mortos chegou a 130, somado a 118 doentes que, de tão graves, retornaram a Belém. Em torno de 70 soldados desertaram. Altíssima taxa de mortalidade que ensejou ao menos dois motins, em 1809 e 1811, controlados pelas autoridades portuguesas (CARDOSO, 2010, p. 21).

A ordem de Dom João era que a conquista nada custasse aos cofres públicos portugueses, imprimindo um problema sobremaneira dificultoso em gerir a colônia. Como havia o compromisso de não descontar na elite guianense os gastos públicos, optou-se pelo sequestro dos bens apenas dos proprietários ausentes, uma forma de desafogar as dificuldades de manutenção das tropas. O ex-governador Victor Huges, inocentado em Paris pela derrota, voltou a Caiena e pôde dispor de todos os seus bens. Havia argumentado que, se armasse uma resistência mais duradoura, poderia ensejar a dominação não somente portuguesa, mas também inglesa, essa hipoteticamente mais robusta e permanente.

De acordo com Reis, ocorreram novamente ordens contraditórias. Ao saber da conquista, Dom João teria enviado através do Conde de Linhares ditames para “despovoar a Guiana, arrasá-la, desse modo levando os franceses a desistir de restaurá-la”. Isso em instruções recebidas por Magalhães de Menezes em 18 de maio de 1809. Mas em 7 de junho o governador expediu para Caiena uma ordem inversa, para que a Guiana fosse cuidada, conservada e desenvolvida, revelando uma cunha nas mensagens do Rio de Janeiro e de Belém. Essa última “revelava mudança de posição, não mais a ideia inicial de devolvê-la, mas a de sua posse permanente, de acordo com o pensamento dominante no Pará” (REIS, 1985, p. 289-290). O próprio Conde de Linhares, o já citado Secretário de Negócios Estrangeiros, Dom Rodrigo de Souza Coutinho, era pessoalmente favorável à manutenção da posse, tendo falecido em 1812.

O governador provisório, Manoel Marques, elaborou um documento em 1810 intitulado *Descrição abreviada das vantagens, e recursos que oferecem a projeção da Guyana antigamente Francesa, e suas produções relativamente aos Estados do Pará, e do Brasil*, um arrazoado para a manutenção permanente do território conquistado. (IDEM, p. 293). Outro administrador português, Maciel da Costa, apresentou um plano a Dom João VI, em 1812, com elucubrações sobre as vantagens da anexação não só da Guiana Francesa, senão igualmente da Guiana Holandesa e da Guiana Inglesa, que formariam um reino anexo ao do Brasil (IDEM, p. 296).

Em Belém a empolgação pela nova conquista se alastrou entre várias camadas da população. A historiadora Lucia Bastos Neves cita o exemplo de um poema escrito por um professor de filosofia do Pará, José Eugênio de Aragão e Lima, louvando a derrocada francesa e a nova posse portuguesa. De sua parte, o príncipe regente mandou cunhar uma moeda comemorativa, medalhas e condecorações militares alusivas à “tomada de Caiena” (NEVES, 2010, p. 80).

A situação econômica da Guiana Francesa de fato melhorou com as novas rotas comerciais. O gado passou a chegar da ilha do Marajó e da vila de Macapá, tornando abundante a carne, antes tão escassa. A abertura do porto de Caiena franqueou o aporte de mercadorias inglesas e norte-americanas, possibilitando a dinamização das trocas da elite guianense e a melhora na produção agrícola, pois insumos necessários às fazendas foram adquiridos. Salienta-se que a Guiana, na época anterior à presença portuguesa, era uma colônia periférica no império colonial francês, muito atrás inclusive das ilhas caribenhas de Martinica e Guadalupe no quesito investimento. Daí seu atraso antigo e seu relativo progresso rápido na nova situação.

A nova administração se ocupou com os direitos de ancoragem, importação e exportação; a capitação, principal imposto, foi conservada com a mesma taxa anterior, foi estipulado um câmbio favorável aos guianenses e assegurada a liberdade de comércio aos negociantes de Caiena, que há anos foram estrangulados pelo bloqueio inglês ... A gestão portuguesa seria liberal, amigável e favorável aos colonos de Caiena (ROSTY, 2010, p. 46).

Os plantadores guianenses tiveram acesso ainda ao mercado do Caribe inglês e, mais importante, aos portos brasileiros, dinamizando suas relações comerciais com o sul, sobretudo o Pará. Os impostos cobrados pelos portugueses eram menores que os dos franceses, outro motivo de júbilo econômico (CARDOSO, 2010, p. 22). Daí que Arthur Reis tenha endossado as descrições ufanistas que os portugueses de Caiena enviavam para o Rio de Janeiro, notas de que todos os guianenses, ricos, brancos livres e escravos, saudavam diariamente a nova soberania e “choravam” copiosamente quando do abandono em favor da volta dos antigos dominadores (REIS, 1985, pp. 297-298).

A Guiana havia sido deficitária entre o final do século XVIII e início do XIX. Importava alimentos, bebidas finas e manufaturas, e exportava algodão, urucum, cravo da Índia e açúcar, embora esse último em pequena quantidade. A média era de 1 milhão e 500 francos de importação e 1 milhão e 300 de exportação. No período de 1812 a 1815, onde há dados confiáveis, a importação continuou no mesmo valor, com as exportações atingindo a cifra de 2 milhões e 300 francos (ROSTY, 2010, p. 49). Havia propriedades com mais de mil escravos, o que sugeria a viabilidade econômica de investimento português. A não efetivação disso sugere que a incerteza quanto à posse definitiva grassava nos altos escalões, inviabilizando assim um comprometimento financeiro mais decisivo.

Talvez pelo fato do curto espaço de tempo, não foi possível mudanças mais substantivas na economia da colônia. Se em 1808 a população da Guiana era de 14.445 sendo 12.355 escravos, em 1817 os números subiram para 16.056 livres e 13.369 escravos. Apesar da mortalidade da soldadesca, a economia mercantil e o povoamento cresceram. De acordo com Ciro Cardoso, o maior déficit comercial da Guiana no período foi com a Inglaterra, enquanto o maior superávit com o Pará (CARDOSO, 2010, p. 22). Os britânicos auxiliaram na conquista e cobraram seu preço por isso.

Assim que Napoleão Bonaparte foi apeado do poder, em abril de 1814, iniciaram as negociações para o retorno da soberania de Paris sobre a colônia sul-americana, um assunto envolto em polêmica até hoje. Como foi dito, muitos políticos e nobres em torno de Dom João vaticinavam pela manutenção da conquista e efetiva anexação à

América portuguesa, que a partir de 1815 receberia o status de Reino Unido a Portugal e Algarves. Outros elucubravam uma maneira de utilizar a Guiana como moeda de troca para a anexação de territórios alhures, como a Cisplatina no Sul. Demanda-se uma melhor investigação sobre o comportamento das elites políticas do Grão-Pará sobre a matéria.

Essa experiência de domínio sobre a Guiana rendeu ao Brasil vários elementos ligados à produção de alimentos, dois deles de valor inestimável: a cana caiana, variedade oriunda por sua vez do Haiti, e as primeiras mudas de café, noz-moscada, palmeira imperial e carambola (POMBO, 2010).

Considerações Finais

A Guiana Francesa e o Amapá se mostraram regiões estratégicas e ao mesmo tempo periféricas no decorrer dos primeiros séculos de colonização. Em primeiro lugar, enquanto lugares de defesa e projeção militar, posteriormente protagonizando tentativas frustradas de povoamento em grande porte.

A Guiana Francesa com a expedição de Kourou, e o Amapá com o projeto de “soldados colonos”, tentativas audaciosas que marcaram as respectivas regiões. No primeiro caso, o extermínio rápido da população em um morticínio cruel inviabilizou de saída a estratégia adotada. No último, colonos foram importados e um plano se desenvolveu na prática, contemplando a formação de um pequeno campesinato produtor de alimentos, fazendas escravistas produtoras de culturas para exportação e defesa do território através de atividades militares.

O contato entre ambos territórios realizou-se mais por conta de disputas e invasões de fronteiras, donde um intercâmbio econômico diminuto, até pela proibição que pesou por muito tempo nesse sentido. A Revolução Francesa de 1789 e os problemas dela advindos, como as guerras napoleônicas, levaram não só à projeção francesa até a região do Araguari como o contra-ataque português, invasão e anexação da Guiana Francesa em 1809. Com isso, uma nova etapa de contato e conflito se iniciou: os dois territórios ficaram sob uma mesma soberania, implicando trocas comerciais e entendimentos políticos, dois mundos que passaram a caminhar em compasso de

entrosamento. Os portugueses haviam chegado à porta do mar do Caribe, e os franco-guianenses sentiram-se à vontade nessa nova realidade.

Essa conjuntura foi encerrada com a devolução de 1817 e o retorno à antiga fronteira no rio Oiapoque. A Guiana Francesa se manteve como ultra-periferia do mundo colonial francês, de modo a receber menos escravos, investimentos e população. Não obstante, lugar importante, pleiteou a expansão para as terras portuguesas, conjugando uma vocação de cabeça de ponte para atividades de conquista e posteriormente um depósito de criminosos e perseguidos.

Assim, ambos os lugares trilharam a primeira metade do século XIX ainda com déficits em relação às expectativas iniciais, prometendo configurações mais dinâmicas para o futuro.

Bibliografia

CARDOSO, Ciro. *Economia e Sociedade em Áreas Coloniais Periféricas: Guiana Francesa e Pará (1750-1817)*. Rio de Janeiro: Graal, 1984.

CARDOSO, Ciro Flamarion. “A Tomada de Caiena vista do lado francês”. *Revista Navigator*. Rio de Janeiro: Vol 6: n. 11, 2010.

GOMES, Flávio dos Santos. “Fronteiras e Mocambos: O Protesto Negro na Guiana Brasileira”. In: GOMES, Flávio dos Santos (org.). *Nas Terras do Cabo Norte: fronteira, colonização e escravidão na Amazônia Brasileira – séculos XVIII/XIX*. Belém: Ed. da UFPA, 1999. pp. 225-319.

GRANGER, Stéphane. “Conquista da Guiana Francesa e Expansionismo Brasileiro, um olhar cruzado”. Mimeo. 2012.

LUNA, Verônica. *Escravos em Macapá: Africanos Redesenhando a Vila de São José (1840-1856)*. Joao Pessoa: Sal da Terra, 2011.

MAM LAM FOUCK, Serge. *Histoire Générale de La Guyane Française*. Matoury: Ibis Rouge, 2002.

MAM LAM FOUCK, Serge e ANAKESA, Apollinaire. *Nouvelle histoire de la Guyane: Des souverainetés amérindiennes aux mutations de la société contemporaine*. Matoury: Ibis Rouge Editions, 2013.

MARIN, Rosa Elizabeth de Acevedo. “Prosperidade e Estagnação de Macapá Colonial: As experiências dos colonos”. In: GOMES, Flavio dos Santos (org). *Nas Terras do Cabo Norte: fronteira, colonização e escravidão na Amazônia Brasileira – séculos XVIII/XIX*. Belém: Ed. da UFPA, 1999. pp. 33-63.

MELO, Ronaldo Lopes. “Tomada de Caiena: seu significado para a História do Corpo de Fuzileiros Navais”. *Revista Navigator*. Rio de Janeiro: Vol 6: n. 11, 2010.

NEVES, Lúcia Maria Bastos. “Guerra as Franceses: a política externa de Dom João VI e a ocupação de Caiena.” *Revista Navigator*. Rio de Janeiro: Vol 6: n. 11, 2010.

POMBO, Nívea. “As “riquezas do mundo” – Cobiça e ciência nos jardins botânicos de Caiena e Belém do Pará (1790-1803)”. *Revista Navigator*. Rio de Janeiro: Vol 6: n. 11, 2010..

RALEIGH, Walter. *The Discoverie of The Large, Rich, and Beautiful Empire of Guiana*. 1595. Reprint. Amsterdam, Theatrum Orbis Terrarum, 1968.

RAVENA, Nirvia. “Maus Vizinhos e Boas Terras: Ideias e Experiências no Povoamento do Cabo Norte – século XVIII”. In: GOMES, Flávio dos Santos (org.). *Nas Terras do Cabo Norte: fronteira, colonização e escravidão na Amazônia Brasileira – séculos XVIII/XIX*. Belém: Ed. da UFPA, 1999. pp. 63-97.

REIS, Arthur Cesar Ferreira. “A Ocupação Portuguesa do Vale Amazônico”. In: HOLANDA, Sérgio Buarque (org.). *História Geral da Civilização Brasileira*. São Paulo: Difel, vol. 1, tomo 1, 1985.

REIS, Arthur César Ferreira (b). “A Ocupação de Caiena”. In: HOLANDA, Sérgio Buarque (org.). *História Geral da Civilização Brasileira*. São Paulo: Difel, tomo II, vol. I, 1985.

ROSTY, Claudio Skôra. “Campanha da Guiana Francesa: Caiena tomada aos franceses”. *Revista Navigator*. Rio de Janeiro: Vol 6: n. 11, 2010.

WEHLING, Arno. “A Conquista de Caiena – 1809. Retaliação, expansão territorial ou fixação de fronteiras?” *Revista Navigator*. Rio de Janeiro: Vol 6: n. 11, 2010.